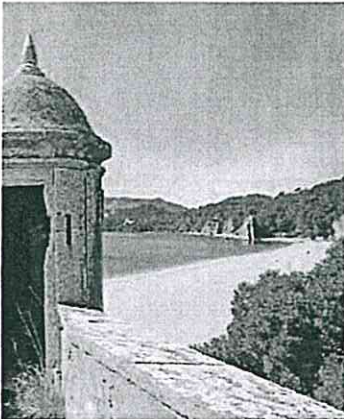




RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

L

ÍNDICE

	Págs
I – INTRODUÇÃO	2
Nota Prévia	2
Contexto Macroeconómico	2
Principais Destaques	4
II – ATIVIDADES	5
III – RELATÓRIO FINANCEIRO	8
ANÁLISE ORÇAMENTAL	8
1. Principais destaques	8
2. Equilíbrio Orçamental	9
3. Análise da Despesa	11
4. Análise da Receita.....	17
5. Movimentos de Tesouraria	22
SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	24
6. Análise do Balanço	24
7. Análise da Demonstração de Resultados	32
8. Dívida	37
9. Factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício	42
10. Proposta de aplicação de Resultados	43

RELATÓRIO DE GESTÃO
2015

5

I – INTRODUÇÃO**Nota Prévia**

Em cumprimento do disposto no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, foi elaborado o presente Relatório relativo ao ano de 2015, que procura ser clarificador quanto às origens das Receitas e Despesas do Município de Setúbal, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

Ao longo do presente documento far-se-á igualmente uma análise contabilística do Município de Setúbal centrada nas áreas patrimonial, orçamental e de resultados, reportando os níveis de endividamento municipal e apresentando em anexo os mapas de Prestação de Contas.

Os documentos em análise constituem um importante instrumento de apoio à gestão municipal, pretendendo-se que os mesmos, de uma forma rápida e simples, possam transpor e observar as informações, através de mapas, gráficos e demais indicadores de análise apresentados, aquela que foi a atividade desenvolvida pelo Município, no quadro das suas atribuições e competências.

Assim sendo, nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, do Artigo 35.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se à aprovação do Executivo os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao ano financeiro de 2015, de harmonia com o estipulado na alínea i), do n.º 1, do Artigo 33.º, do mencionado Anexo.

Contexto Macroeconómico

A economia mundial atingiu em 2015 o nível de crescimento mais baixo desde 2009. Assim, a desaceleração das economias emergentes, num quadro de persistência de fragilidades estruturais, de depreciação cambial e de forte queda dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, a par com níveis de crescimento prudentes nos países desenvolvidos, terá resultado num crescimento do PIB mundial de 3,1% em 2015, de acordo com a projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O crescimento abaixo do nível potencial na generalidade das economias e a queda dos preços das matérias-primas, sobretudo do petróleo, traduziu-se num aumento das pressões deflacionistas e no incremento da incerteza nos mercados financeiros.

Por outro lado, a taxa de inflação global em 2015 diminuiu de 3,5% para 3,3%, de acordo com as estimativas do FMI. Este comportamento não foi linear entre as economias desenvolvidas e emergentes. Nas primeiras, a redução do preço do petróleo restringiu a evolução dos preços agregados, colocando a taxa de inflação em níveis bastante inferiores aos objetivos dos seus bancos centrais. Nas segundas, apesar da queda dos preços das matérias-primas e do abrandamento da atividade, a depreciação acentuada das suas moedas traduziu-se em fortes pressões inflacionistas internas e, por conseguinte, na subida da taxa de inflação. Em 2016, e à medida que os efeitos da queda do preço do petróleo se dissipem, a taxa de inflação poderá vir a subir ligeiramente na economia mundial.

A economia da área do euro expandiu-se 1,5% em 2015, o que representa uma ligeira aceleração por relação à taxa de crescimento observada no ano transato (0,9%). O maior dinamismo observado no conjunto dos países da área do euro deveu-se a um conjunto de circunstâncias favoráveis, entre as quais se destacam a queda dos preços da generalidade das matérias-primas, a depreciação efetiva do euro, o reforço do grau de acomodação da política monetária do BCE e a neutralidade das políticas orçamentais (após anos de forte austeridade). No entanto, o processo de recuperação prossegue ainda de forma moderada, com a Comissão Europeia (CE) a projetar um crescimento do PIB de 1,7% em 2016, condicionado por um enquadramento externo desafiante, em particular devido ao abrandamento das economias emergentes e à intensificação das tensões geopolíticas internacionais, a que acrescem riscos internos associados à necessidade de dar continuidade a importantes reformas estruturais que permitam reduzir os elevados níveis de endividamento e de desemprego em vários Estados-membros.

No que diz respeito à economia portuguesa, ela registou em 2015 o nível de crescimento mais elevado dos últimos quatro anos, dando assim continuidade ao processo de recuperação iniciado em 2014. Tendo em conta que o investimento desacelerou face ao ano anterior, o crescimento do PIB, que se cifrou em 1,5%, terá sido essencialmente suportado pela aceleração do consumo privado e pela robustez das exportações, que beneficiaram da solidez da procura dos países do espaço europeu e da depreciação efetiva do euro. Por último, referir que a taxa de inflação média anual em Portugal foi 0,5%, o valor mais elevado dos últimos três anos acreditando-se que a trajetória de subida moderada da inflação deverá prosseguir em 2016, em linha com a recuperação da economia portuguesa e internacional.

RELATÓRIO DE GESTÃO
2015**Principais Destaques**

Apesar do contexto económico ser ainda pouco favorável, o Município de Setúbal exhibe resultados positivos, demonstrando o reforço da consolidação do equilíbrio financeiro que se vem verificando nos últimos anos.

Em termos sintéticos permitam-nos destacar:

- O acréscimo da receita corrente de 7,6%, cerca de 4,7 milhões de euros, face ao ano de 2014. As receitas fiscais aumentaram 4 milhões de euros, por força do aumento verificado sobretudo nos impostos diretos, nomeadamente no IMT e IMI;
- A receita de capital (sem reposições e saldo de gerência), foi superior ao valor verificado em 2014, ou seja, cerca de 12,2 milhões de euros, pela variação positiva da generalidade das rubricas à exceção das transferências de capital (pela diminuição dos fluxos financeiros provenientes dos Fundos Comunitários com o encerramento do QREN);
- Uma variação positiva do total da despesa paga em cerca de 18,4%, inferior ao crescimento da receita arrecadada (26,3%);
- A redução da dívida de médio e longo prazo, em 11,5% (4,5 milhões de euros);
- Um prazo médio de pagamento a fornecedores (PMP) de 176 dias;
- Uma redução dos pagamentos em atraso em cerca de 56,7%, ou seja, 13,9 milhões de euros face a 2014;
- A manutenção de capacidade de endividamento face à lei em vigor;
- Na ótica patrimonial destaca-se o resultado líquido do exercício de 16,7 milhões de euros;
- Crescimento global do saldo de gerência com particular destaque para o valor da execução orçamental com um crescimento de 3,8 milhões de euros face a 2014;
- Por fim, uma nota para a área dos recursos humanos, a qual apresentou uma variação de 3,5% (indicador da DGAL) de aumento que se ficou a dever sobretudo a duas ordens de fatores, por um lado, a reversão de 20% das reduções remuneratórias e por outro, o aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida.

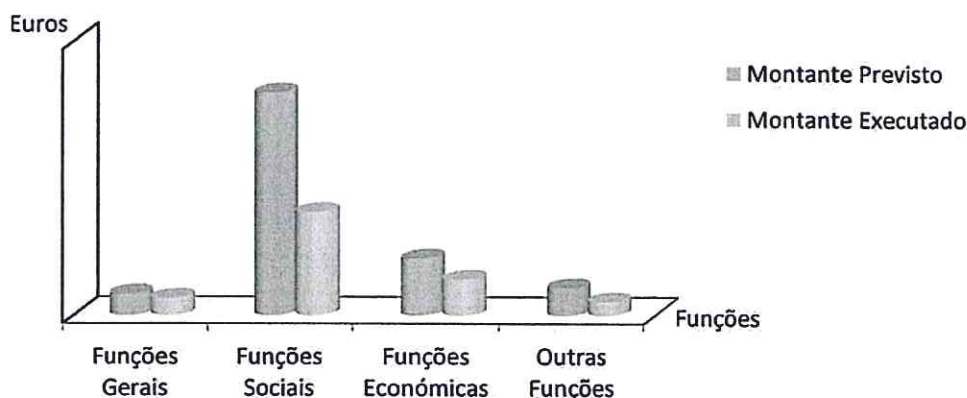
II – ATIVIDADES

No período em análise, as prioridades do Município de Setúbal mantiveram-se leais aos princípios e prioridades do Orçamento aprovado para o ano, cujos objetivos estratégicos assentaram no programa autárquico de 2013 e que refletiu ainda opções e compromissos legitimamente assumidos em anos transatos que não podiam deixar de ser honrados pelo Município.

As prioridades constantes do referido documento traduzem-se em 15 objetivos estratégicos transversais ao Município.

As Grandes Opções do Plano (GOP) incorporam esses objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano das Atividades Municipais (PAM).

Gráfico 1. Grandes Opções do Plano – 2015



Em termos de peso comparativo, as Funções Sociais assumem uma importância superior às demais, com cerca de 61% do total executado (18,8 milhões de euros), seguido das Funções Económicas com 21,1% (6,5 milhões de euros), das Funções Gerais com 10% (3 milhões de euros) e das Outras Funções com 7,9% (2,4 milhões de euros).

Analisando as Grandes Opções do Plano de 2015, verificava-se uma dotação inicial de 70.922 milhares de euros, tendo a dotação final atingido o valor de 70.917 milhares de euros. Por seu lado, da dotação final foram cabimentadas despesas no montante de 67.060 milhares de euros, tendo sido assumidas despesas no montante de 65.141 milhares de euros e realizados pagamentos no valor de 25.587 milhares de euros, conforme mapa constante da Prestação de Contas.



RELATÓRIO DE GESTÃO

2015

Quadro 1. Despesas por Objetivos – 2015

OBJ	FUNÇÃO	PREVISÃO DE DESPESAS		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL			EXECUÇÃO FINANCEIRA ANUAL (%)
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	CABIMENTO	COMPROMISSO	PAGAMENTO	
2.	FUNÇÕES SOCIAIS						
2.1.	Educação						
2.1.1.	Ensino não superior	5.294.200,00	5.298.200,00	5.123.719,61	4.857.734,58	2.524.142,00	47,64
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.	Saúde						
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	7.100,00	7.300,00	2.397,70	2.397,70	295,20	4,04
2.3.	Segurança e ações sociais						
2.3.1.	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2.	Ação social	708.300,00	419.800,00	364.407,20	364.407,20	317.983,16	75,75
2.4.	Habituação e serviços coletivos						
2.4.1.	Habituação	1.356.700,00	1.421.000,00	1.384.811,50	1.274.257,20	255.464,73	17,98
2.4.2.	Ordenamento do território	3.096.700,00	3.575.100,00	3.560.840,96	3.480.077,15	1.507.455,95	42,17
2.4.3.	Saneamento	3.976.500,00	3.653.700,00	3.626.353,64	3.580.510,15	967.843,34	26,49
2.4.4.	Abastecimento de água	3.748.900,00	3.548.000,00	3.539.788,13	3.539.788,13	1.476.741,80	41,62
2.4.5.	Resíduos sólidos	4.140.000,00	8.051.000,00	8.047.259,07	8.047.259,07	4.068.179,50	50,53
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	9.220.300,00	8.984.300,00	8.761.086,59	8.718.919,00	4.888.278,74	54,41
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos						
2.5.1.	Cultura	4.410.600,00	4.289.964,00	4.219.666,99	4.181.236,74	2.230.650,51	52,00
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	798.800,00	1.335.650,00	1.131.261,74	1.131.261,74	561.840,70	42,06
2.5.3.	Outras atividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		36.758.100,00	40.584.014,00	39.761.593,13	39.177.848,66	18.798.875,63	46,32

Da análise do Quadro supra, importa destacar as áreas de intervenção em serviços que atendem à satisfação das necessidades básicas da população, mormente, os do âmbito da proteção do meio ambiente (8,7 milhões de euros), dos resíduos sólidos (8,0 milhões de euros), do ensino não superior (4,9 milhões de euros), da cultura (4,2 milhões de euros), do saneamento (3,6 milhões de euros) e do abastecimento de água (3,5 milhões de euros).

RELATÓRIO DE GESTÃO
2015

Quadro 2. Atividades da Contratação Pública – 2015

	N.º PROCEDIMENTOS	VALORES TOTAIS S/IVA
PROCEDIMENTOS QUE DISPENSARAM CONTRATO	35	926.262,93 €
CONCURSOS PÚBLICOS	43	6.432.594,40 €
AJUSTES DIRETOS REGIME SIMPLIFICADO	2 872	2.981.552,95 €
AJUSTES DIRETOS ACIMA DOS 5.000,00 €	299	8.167.396,98 €
CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA DO CCP	48	214.130,41 €
CENTRAIS DE COMPRAS	2	367.319,20 €

O Serviço de Contratação Pública (SECPP), ao longo de 2015, assegurou os procedimentos necessários à aquisição de bens e serviços, cumprindo integralmente a legislação em vigor, em estreita colaboração com os diferentes Serviços Municipais, de forma a satisfazer as necessidades relacionadas com o funcionamento e as atividades desenvolvidas em tempo útil.

Da leitura do Quadro supra merece destaque especial o volume absoluto dos Ajustes Diretos do Regime Simplificado (2 872) e os valores atingidos pelos Ajustes Diretos acima dos 5 000 Euros e pelos Concursos Públicos, 8.167.396,98 € e 6.432.594,40 €, respetivamente.

Nos procedimentos aquisitivos efetuados no âmbito da Plataforma Eletrónica de Compras Públicas - Gatewit, verificou-se a grande vantagem da desmaterialização dos processos que envolvem a contratação pública, trazendo uma redução dos prazos de execução dos respetivos concursos, bem como, uma maior capacidade negocial, o que permitiu ao Setor das Compras desenvolver os seus processos de contratação de uma forma célere e transparente.



RELATÓRIO DE GESTÃO

2015

III – RELATÓRIO FINANCEIRO

ANÁLISE ORÇAMENTAL

1. Principais destaques

Os rácios orçamentais registam, em 2015, valores que demonstram que se continuou a manter um efetivo controlo do Orçamento.

Quadro 3. Indicadores – 2012/13/14/15

INDICADORES GLOBAIS	2012	2013	2014	2015
EQUILIBRIO LEGAL				
Receitas Correntes/Despesas Correntes	1,24	1,31	1,16	1,18
Despesas Pessoal Quadro/Receitas Correntes (2014)	0,26	0,24	0,22	0,21
MEIOS HUMANOS				
Despesas de Pessoal/Municípios (censos 2011)	0,19	0,21	0,21	0,21
MEIOS FINANCEIROS				
Impostos Diretos/Municípios (censos 2011)	0,23	0,25	0,31	0,32
Aquisição de Bens e Serviços/Municípios (censos 2011)	0,12	0,11	0,19	0,20
Investimento/Municípios (censos 2011)	0,13	0,10	0,06	0,09
FEF+FSM+IRS/Despesas Totais	0,17	0,19	0,17	0,14
Passivos Financeiros/Receitas de Capital	0,58	0,95	2,05	0,66
Passivos Financeiros/Investimento	0,38	0,46	0,63	0,90
INDICADORES DE EFICÁCIA				
Receita Total/Receita Final Orçada	0,50	0,51	0,51	0,64
Despesa Executada/Despesa Final Orçada	0,51	0,47	0,52	0,61
INDICADORES DE EFICIÊNCIA/PRODUTIVIDADE				
Receitas Correntes/Receitas Totais	0,84	0,85	0,96	0,82
Receitas Capital/Receitas Totais	0,16	0,08	0,03	0,18
Investimento/Investimento Previsto	0,37	0,31	0,23	0,40
Investimento/Despesas de Pessoal	0,71	0,48	0,29	0,42
Investimento/Despesas de Funcionamento	0,36	0,31	0,29	0,19
Investimento/(Transferências + Subsídios)	3,00	2,35	1,33	2,11
(Transferências + Subsídios)/Receita Total	0,34	0,20	0,23	0,17
Impostos/Receitas Correntes	0,53	0,56	0,57	0,61
Grandes Opções Plano/Despesas de Funcionamento	0,64	0,58	1,03	0,54

Nota: Total de municípios – 121.185

No que diz respeito ao Equilíbrio Legal, ambos os indicadores refletem uma melhoria, a que não será alheio o significativo crescimento das receitas correntes.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

No que concerne ao investimento por município, assistiu-se a uma inflexão da evolução verificada no ano anterior, com uma retoma do investimento por parte do Município.

Por último, realçar o peso das receitas de capital no total das receitas, em resultado dos empréstimos de curto prazo contraídos durante o exercício económico.

2. Equilíbrio Orçamental

2.1. Equilíbrio Corrente

Quadro 4. Poupança corrente do exercício – 2014/15

Designação	2014	2015	Variação	
			Valor	%
Receita corrente cobrada	62.287	66.998	4.711	7,6
Despesa corrente executada	53.589	57.002	3.413	6,4
Poupança Corrente Executada	8.698	9.996	1.298	14,9
Dívida corrente transitada da gerência anterior	35.578	31.015	(4.563)	(12,8)
Dívida corrente transitada para a gerência seguinte	(31.015)	(20.904)	(10.111)	(32,6)
Receita corrente liquidada e não cobrada do exercício	18.970	21.307	2.337	12,3
Poupança corrente do exercício	32.231	41.414	9.183	28,5

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o Orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as Despesas e ainda que as Receitas Correntes devem ser pelo menos iguais às Despesas Correntes.

A execução do Orçamento do Município de Setúbal cumpre este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital.

O orçamento inicial do Município de Setúbal previa uma poupança corrente bruta de cerca de 6,4 milhões de euros. A poupança corrente executada foi de 9,9 milhões de euros, superior em 3,5 milhões de euros relativamente ao previsto.

A poupança corrente acrescida dos movimentos das dívidas correntes transitadas e a transitar bem como da receita corrente liquidada e não cobrada no exercício, permite-nos quantificar a poupança corrente do exercício que, em 2015, é de 41,4 milhões de euros.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

Quadro 5. Regra do equilíbrio orçamental - 2015

Descrição	Valor
Receitas correntes cobradas brutas	66.998
Despesas correntes pagas	57.002
Saldo corrente	9.996
Amortização média dos EMLP	3.746
Excedente anual	6.250

Sem prejuízo do princípio do equilíbrio orçamental considerado no POCAL, o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Para além do bom desempenho financeiro do Município de Setúbal evidenciado pela poupança corrente do exercício, destaca-se ainda, em 2015, o excedente de 6,3 milhões de euros obtidos através do apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações.

2.2. Equilíbrio Efetivo

Na elaboração do Orçamento de 2015 procurou-se respeitar o equilíbrio efetivo, sustentando todas as despesas efetivas (despesas excluídas dos ativos e dos passivos financeiros) por receitas efetivas (receitas com exclusão de ativos e passivos financeiros), em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais.

Quadro 6. Saldo global efetivo – 2014/15

Designação	2014	2015	Variação	
			Valor	%
Receitas correntes	62.287	66.998	4.711	7,6
Receitas de capital (efetivas)	5.567	16.680	11.113	199,6
Receita efetiva	67.854	83.678	15.824	23,3
Despesas correntes	53.589	57.002	3.413	6,4
Despesas de capital (efetivas)	12.024	20.650	8.626	71,7
Despesa efetiva	65.613	77.652	12.039	18,4
Saldo corrente	8.698	9.996	1.298	14,9
Saldo de capital	(6.457)	(6.245)	212	3,3
Saldo global efetivo	2.241	3.751	1.510	67,4

Da observação do quadro supra podemos concluir por uma melhoria significativa do saldo global efetivo, a qual se ficou a dever a um aumento da receita efetiva superior ao aumento da despesa efetiva, em cerca de 5%, assistindo-se também a uma melhoria do saldo de capital, que mesmo seguindo negativo, cresceu 3,3%.

3. Análise da Despesa

3.1. Execução

Do conjunto das despesas pagas em 2015 ressalta, pela sua importância relativa, as referentes às rubricas de pessoal (32,4%), aquisição de bens e serviços (31,9%) e aquisição de bens de capital (13,7%).

No que diz respeito às taxas de crescimento no período em análise, destaca-se o incremento verificado na aquisição de bens de capital (48,5%) e na aquisição de bens e serviços (12,9%), com 3,5 milhões de euros e 2,8 milhões de euros, respetivamente.

Quadro 7. Pagamentos – 2014/15

	2014	2015	Acréscimo/ Decréscimo %	% do Total
Despesas Correntes				
Pessoal	24.223	25.122	3,7	32,4
Aquisição de Bens e Serviços	21.945	24.772	12,9	31,9
Juros e Outros Encargos	1.895	1.566	(17,4)	2,0
Transferências Correntes	4.987	4.955	(0,6)	6,4
Outras Despesas Correntes	539	587	8,9	0,8
Total Corrente	53.589	57.002	6,4	73,4
Despesas de Capital				
Aquisição de Bens de Capital	7.149	10.617	48,5	13,7
Transferências de Capital	395	67	(83,0)	0,1
Ativos Financeiros	0	414	n.a.	0,5
Passivos Financeiros	4.480	9.552	113,2	12,3
Outras Despesas de Capital	0	0	n.a.	0,0
Total Capital	12.024	20.650	71,7	26,6
TOTAL GERAL	65.613	77.652	18,3	100,0

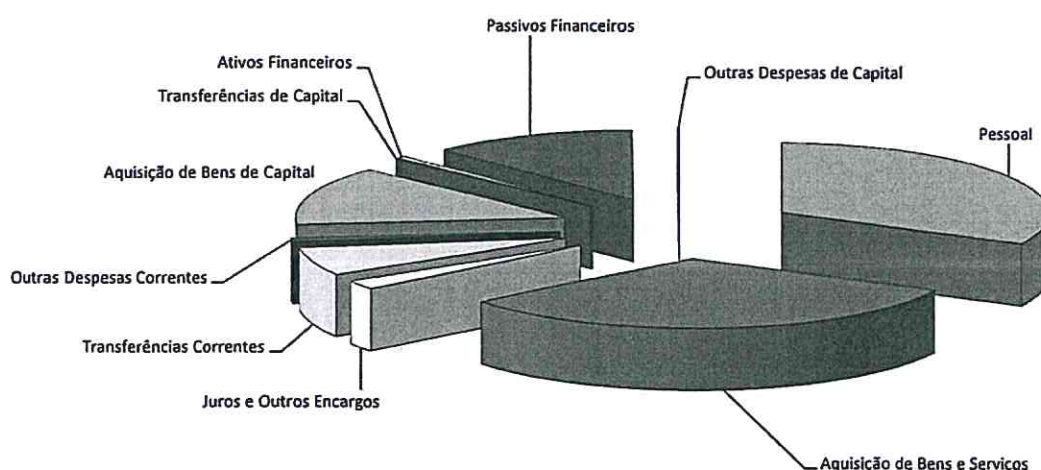
n.a. – não aplicável

O acréscimo verificado na rubrica de pessoal ficou sobretudo a dever-se às razões apontadas anteriormente, ou seja, à reversão de 20% nas reduções remuneratórias e ao aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida, uma vez que o pessoal ao serviço aumentou unicamente 0,9% (de 1.255 trabalhadores em 2014, para 1.266 em 2015).

A rubrica dos juros e outros encargos apresentou em 2015 um decréscimo face ao valor apresentado em 2014, motivado sobretudo pela sucessiva e gradual redução das taxas de juro nos mercados financeiros.

Quanto aos passivos financeiros o acréscimo verificado, em termos comparativos, ficou a dever-se à contração de dois contratos de empréstimo de curto prazo, no valor global de 12,5 milhões de euros.

Gráfico 2. Pagamentos – 2015



3.2. Por unidade orgânica

Em resultado da alteração à estrutura orgânica do Município de Setúbal efetuada por Despacho n.º 1583/2013, publicado no DR, II Série, n.º 18, de 25 de janeiro de 2013, só no decorrer de 2014, com o término de todas as comissões de serviço foi possível construir o Orçamento Municipal decorrente da dessa reestruturação.

Desta forma, o presente Relatório vê diminuído o número de unidades orgânicas face ao do ano transato, não permitindo assim termos comparativos.

RELATÓRIO DE GESTÃO

2015

4

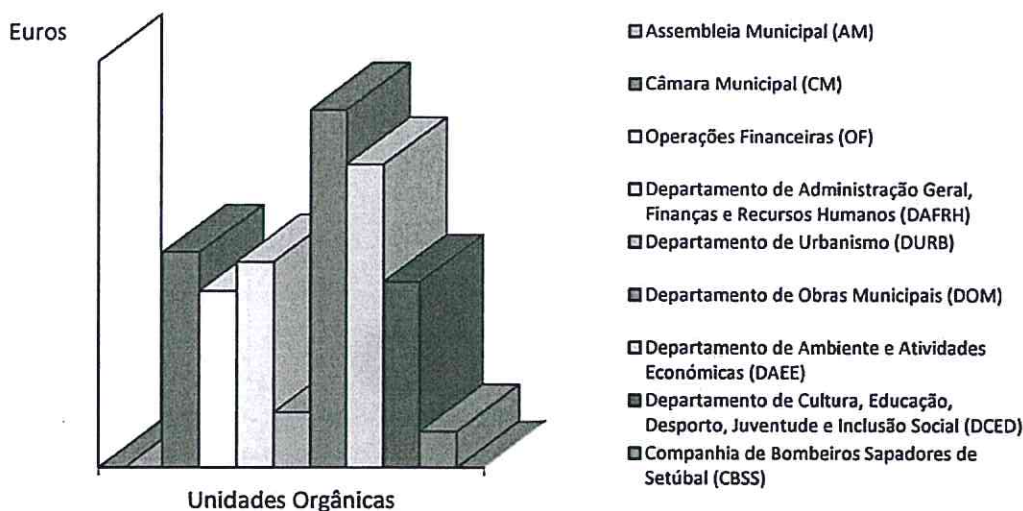
Quadro 8. Despesa por unidade orgânica – 2015

Código	Unidade Orgânica	Compromissos Assumidos		Despesa Paga		Compromissos por Pagar
		Do Exercício Anterior	Do Exercício	De Compromissos Exercícios Anteriores	De Compromissos do Exercício	
01	Administração Autárquica					
01.01	Assembleia Municipal	0	17	0	17	0
01.02	Câmara Municipal	4.915	10.972	4.555	9.981	1.351
01.03	Operações Financeiras	1.289	11.723	512	11.020	1.480
02	Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos	5.259	9.918	2.197	7.828	5.152
03	Departamento de Urbanismo	1.127	2.923	484	2.297	1.269
04	Departamento de Obras Municipais	15.841	10.568	6.570	5.450	14.388
05	Departamento de Ambiente e Atividades Económicas	13.615	8.753	6.991	6.900	8.478
06	Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social	3.600	10.102	2.648	7.617	3.438
07	Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal	74	2.582	27	2.559	70
TOTAL GERAL		45.720	67.558	23.984	53.669	35.626

No ano em análise, foram assumidos compromissos no valor de 67,6 milhões de euros, perfazendo o montante de 113,3 milhões de euros quando somado aos compromissos do exercício anterior.

Por outro lado, foram efetuados pagamentos no valor de 77,7 milhões de euros, dos quais 23,9 milhões de euros de dívida transitada do exercício anterior e 53,7 milhões de euros do exercício, ficando por pagar 35,6 milhões de euros dos compromissos assumidos.

Gráfico 3. Despesa por unidade orgânica – 2015



Numa análise da despesa por unidade orgânica poderemos concluir que:

- A unidade orgânica Operações Financeiras (CF) que engloba os encargos com os empréstimos contraídos, os juros moratórios por atraso de pagamento e o Fundo de Apoio Municipal, teve uma execução no exercício de 11,7 milhões de euros.
- A unidade orgânica Câmara Municipal (CM) que engloba os custos de funcionamento relativos a água e eletricidade e os custos da atividade dos diversos Gabinetes Municipais, tais como: Saúde; Planeamento Estratégico; de Apoio às Freguesias; Serviço Municipal de Proteção Civil; Turismo; Centros Históricos; Auditoria Interna e onde são também assumidas as despesas relativas à Delegação de Competências nas Juntas/União de Freguesia, atingiu uma execução no exercício de 11,0 milhões de euros.
- O Departamento de Obras Municipais (DOM) apresenta um montante de 10,6 milhões de euros, sendo um Serviço cuja operacionalidade assenta na intervenção ao nível das obras municipais. São assumidas por este Departamento as despesas relacionadas com os combustíveis para as viaturas da frota municipal e diversa maquinaria de intervenção, os fornecimentos contínuos para a reparação e manutenção das viaturas da frota municipal, dos materiais referentes a serralharia, eletricidade, construção civil, pintura e canalização, com a locação de viaturas para toda a estrutura orgânica da autarquia, para além de diversas obras no Concelho, incluindo as obras no âmbito do Plano Bial.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

- O Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social (DCED) mostra um montante de 10,1 milhões de euros, sendo responsável pela atividade a nível cultural, desportiva, educativa e social do Município de Setúbal. A nível da educação é de salientar que grande parte da despesa assumida pelo DCED vai para a Ação Social Escolar: transportes; refeições; materiais de desgaste, entre outros. É também responsável por um conjunto de atividades desportivas, recreativas e sociais, de onde destacamos, entre outras: marchas populares; jogos do sado; mês da juventude; piquenício; festas bocageanas; nosso bairro, nossa cidade; festivais gastronómicos.
- O Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos (DAFRH) que apresenta um montante 9,9 milhões de euros, sendo responsável por custos transversais ao Município, entre outros, os encargos de cobrança, ADSE, publicidade, comunicação e imagem, outsourcing de equipamentos e comunicações.
- O Departamento de Ambiente e Atividades Económicas (DAEE), que exhibe um valor de 8,8 milhões de euros de compromissos, consequência do tipo de operacionalidade deste Serviço, observável ao nível da limpeza e higiene pública, incluindo o tratamento dos resíduos sólidos, as despesas realizadas com a desratização/desbaratização/desinsectização e a conservação/manutenção de zonas verdes.
- Por último, o Departamento de Urbanismo (DURB), apresentando uma despesa de 2,9 milhões de euros e a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS) com uma despesa de 2,6 milhões de euros.

3.3. Transferências e subsídios

Quadro 9. Pagamentos nas Transferências e Subsídios – 2014/15

Transferências	Valor 2014	Valor 2015	Variação %
Correntes			
AML	47	27	(42,6)
AMRS	329	274	(16,7)
ANMP	6	6	0,0
AIA	7	15	114,3
Freguesias			
Protocolos	2.708	2.902	7,2
Outras	3	9	200,0
Outras transferências	1.887	1.722	(8,7)
Subtotal	4.987	4.955	(0,6)
Capital			
Outras	395	67	(83,0)
Subtotal	395	67	(83,0)
TOTAL	5.382	5.022	(6,7)



RELATÓRIO DE GESTÃO

2016

No que diz respeito aos pagamentos efetuados nesta rubrica destacamos o volume das transferências para as Juntas/Uniãoes de Freguesia, no montante de 2,9 milhões de euros, os quais decorrem da Delegação de Competências Municipais.

Saliência merece igualmente as Outras transferências correntes, as quais resultam maioritariamente do apoio ao programa de Ação Social Escolar – Refeições Escolares e suplemento alimentar; do apoio para material de desgaste e visitas de estudo no ano letivo 2014/2015; do apoio de livros e material escolar no ano letivo 2015/2016 e apoios financeiros às Associações e Coletividades Setubalenses para realização de atividades de dinamização cultural, recreativa, social e desportiva.

3.4. Compromissos assumidos e por pagar

O valor dos compromissos assumidos em 2015 foi de cerca de 67,6 milhões de euros, totalizando o montante de 113,3 milhões de euros quando somados aos compromissos transitados (no valor de 45,7 milhões de euros), havendo uma redução de 2,8 milhões de euros nas despesas assumidas, conforme quadro abaixo.

Quadro 10. Compromissos assumidos – 2014/15

	2014	2015		
	Total	Do Exercício Anterior	Do Exercício	Total
Despesas Correntes				
Despesas com Pessoal	26.603	2.363	24.883	27.246
Aquisição de Bens	5.122	2.098	1.767	3.865
Aquisição de Serviços	42.268	20.526	16.805	37.331
Juros e outros encargos	3.222	1.289	1.756	3.045
Transferências Correntes	6.280	1.095	4.508	5.603
Outras despesas correntes	1.109	228	588	816
Despesas Capital				
Aquisição de bens de capital	26.528	18.034	7.232	25.266
Transferências de Capital	482	87	53	140
Ativos Financeiros	0	0	414	414
Passivos Financeiros	4.480	0	9.552	9.552
Outras despesas de capital	0	0	0	0
TOTAL	116.094	45.720	67.558	113.278

No triénio 2013/15, verifica-se a ocorrência de uma diminuição continuada nos compromissos por pagar, tendo-se acentuado essa tendência no ano 2015, em que



RELATÓRIO DE GESTÃO

2015

se assistiu a uma redução nos compromissos por pagar no montante de 14,9 milhões de euros.

Quadro 11. Compromissos por pagar – 2013/14/15

	2013	2014	2015
Despesas Correntes			
Despesas com Pessoal	1.909	2.380	2.124
Aquisição de Bens	3.064	3.481	2.038
Aquisição de Serviços	27.015	21.964	14.385
Juros e outros encargos	1.952	1.327	1.480
Transferências Correntes	1.158	1.293	647
Outras despesas correntes	479	570	229
Despesas Capital			
Aquisição de bens de capital	19.114	19.379	14.649
Transferências de Capital	228	87	73
Ativos Financeiros	0	0	0
Passivos Financeiros	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0
TOTAL	54.919	50.481	35.625

4. Análise da Receita

4.1. Execução

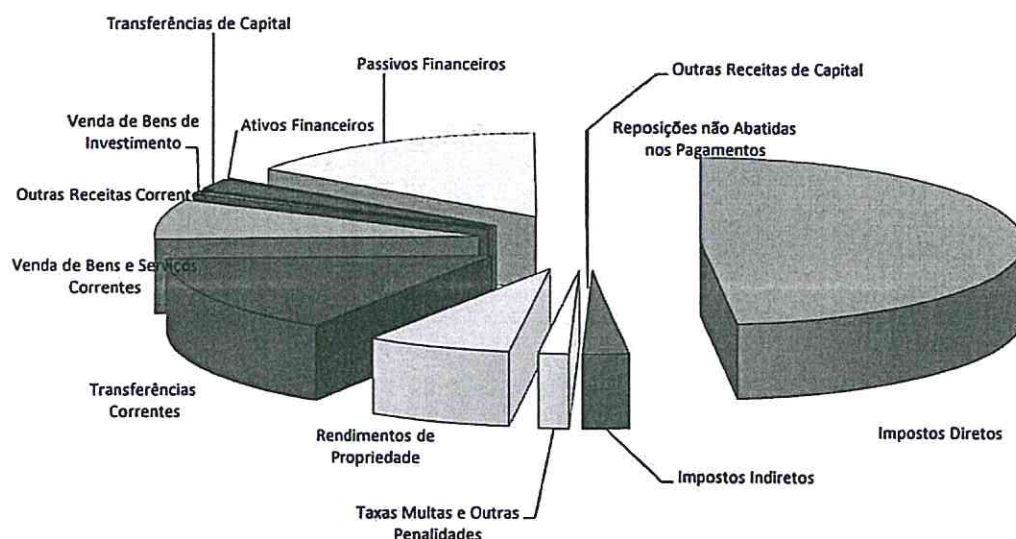
Quadro 12. Recebimentos – 2014/15

	2014	2015	Acréscimo / Decréscimo %	% do Total
Receitas Correntes				
Impostos Diretos	35.153	39.162	11,4	48,1
Impostos Indiretos	1.686	1.913	13,5	2,3
Taxas Multas e Outras Penalidades	1.090	1.258	15,4	1,5
Rendimentos de Propriedade	5.803	5.762	(0,7)	7,1
Transferências Correntes	12.584	12.381	(1,6)	15,2
Venda de Bens Serviços Correntes	5.743	6.223	8,4	7,6
Outras Receitas Correntes	228	299	31,1	0,4
Total Corrente	62.287	66.998	7,6	82,3
Receitas de Capital				
Venda de Bens de Investimento	30	77	156,7	0,1
Transferências de Capital	2.128	1.732	(18,6)	2,1
Ativos Financeiros	21	21	0,0	0,0
Passivos Financeiros	0	12.500	n.a.	15,3
Outras Receitas de Capital	0	75	n.a.	0,1
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	57	34	(40,4)	0,0
Total Capital	2.179	14.405	561,1	17,7
TOTAL GERAL	64.523	81.437	26,2	100,0

n.a. – não aplicável

As receitas totais do Município de Setúbal aumentaram 26,2%, ou seja, no montante de 16,9 milhões de euros. Esta situação foi resultante da contração de um contrato de empréstimo de curto prazo, aliado ao aumento dos impostos diretos e da venda de bens de investimento. Apesar desta última rubrica ter crescido 156,7% em termos absolutos, ela possui um valor pouco expressivo.

Gráfico 4. Recebimentos – 2014/15



A receita com maior peso no conjunto das receitas correntes continua a ser a dos impostos diretos (48,1%), com o montante de 39,2 milhões de euros em 2015, seguido dos passivos financeiros com 15,3% e das transferências correntes com 15,2%.

As transferências de capital diminuíram o seu valor relativamente ao ano transato em 2,1%, explicável pela diminuição do pagamento das comparticipações das diversas Candidaturas no âmbito do QREN – Quadro Nacional de Referência Estratégica Nacional.

4

4.2. Impostos diretos

Quadro 13. Impostos diretos – 2014/15

	Dotação 2015	Execução 2015	Execução 2014	% Execução 2015	Variação %
Imposto Municipal sobre Imóveis	21.880	25.289	24.432	115,6	3,5
Imposto Único de Circulação	2.918	2.847	2.971	97,6	(4,2)
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	3.283	8.873	3.301	270,3	168,8
Derrama	4.466	2.153	4.439	48,2	(51,5)
Impostos Abolidos	0,300	0	10	0,0	(100,0)
Impostos Diretos Diversos	0,100	0	0	0,0	n.a.
TOTAL	32.547	39.162	35.153	120,3	11,4

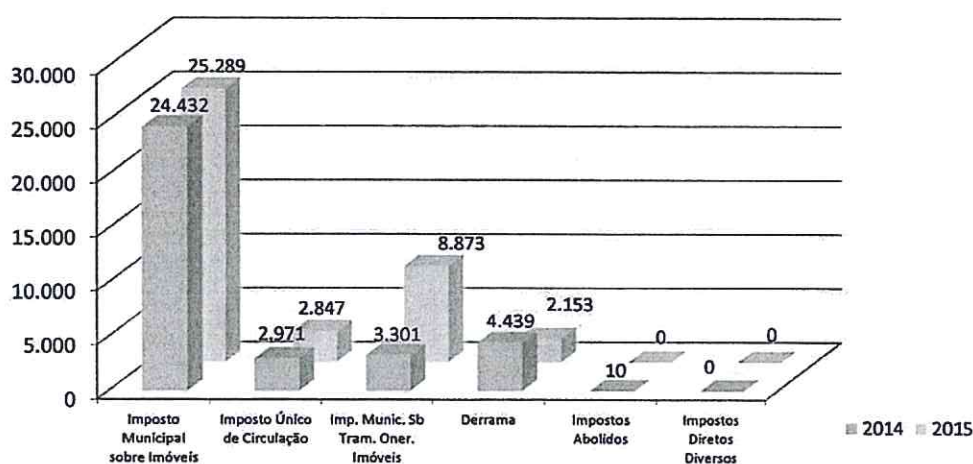
n.a. – não aplicável

Os impostos diretos totalizam em 2015 cerca de 39,2 milhões de euros, tendo um aumento de 4,0 milhões de euros em relação ao valor arrecadado no ano precedente. Dentro destes, o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMI) teve o aumento mais significativo, de 5,6 milhões de euros.

O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) apresentou um aumento de 3,4 milhões de euros devido à extinção da cláusula de salvaguarda.

A Derrama e o Imposto Único de Circulação (IUC) sofreram um decréscimo de 2,3 milhões de euros e 71 milhares de euros, respetivamente. A diminuição da Derrama no montante de 1,3 milhões de euros ficou a dever-se maioritariamente à restituição do referido Imposto decorrente de processos judiciais de anos anteriores.

Gráfico 5. Impostos diretos – 2014/15



4.3. Impostos indiretos

Quadro 14. Impostos indiretos – 2015/14

	Dotação 2015	Execução 2015	Execução 2014	% Execução 2015	Variação
Loteamentos	8	3	6	37,5	(50,0)
Licenças de obras	172	156	73	90,7	113,7
Utilização de Edificações	35	12	22	34,3	(45,5)
Taxas de Vistorias	6	5	5	83,3	0,0
Encargos de Mais-Valias	16	8	4	50,0	100,0
Taxas de Infraestruturas	145	232	91	160,0	154,9
Outros (Loteamentos/Obras)	11	34	13	309,1	161,5
Ocupação via pública (obras)	7	17	12	242,9	41,7
Instalações abastecedoras	6	0	10	0,0	(100,0)
Outros (Ocupação Via Pública)	370	355	444	95,9	(20,0)
Publicidade	203	92	134	45,3	(31,3)
Taxa Municipal de Proteção Civil	742	911	805	122,8	13,2
Diversos	46	87	67	189,1	29,9
TOTAL	1.767	1.912	1.686	108,2	13,4

Os impostos indiretos têm uma execução de 1,9 milhões de euros, aumentando 13,4% relativamente ao ano de 2014, cerca de 226 milhares de euros. Destes impostos, destacam-se as entradas de receita relativas à Taxa Municipal de Proteção Civil, às taxas relativas à ocupação de via pública, às taxas de infraestruturas e licenças de obras.

Verificou-se uma diminuição da arrecadação da receita relativa à publicidade devido ao Licenciamento Zero e à não arrecadação de receita das instalações abastecedoras.

4.3. Taxas, multas e outras penalidades

Esta rubrica teve um aumento de 165 milhares de euros em relação ao ano anterior, continuando o ritmo de crescimento verificado nos últimos anos.

As taxas específicas das autarquias locais aumentaram 177 milhares de euros, explicável pelo aumento mais significativo das taxas dos loteamentos e obras.

As multas e outras penalidades (contraordenações) diminuíram 12 milhares de euros, como se pode evidenciar no Quadro infra.

Quadro 15. Taxas, multas e outras penalidades – 2014/15

	2014	2015	Crescimento	Variação %
Taxas específicas das autarquias locais	899	1.076	177	16,4
Multas e outras penalidades	190	178	(12)	(6,7)

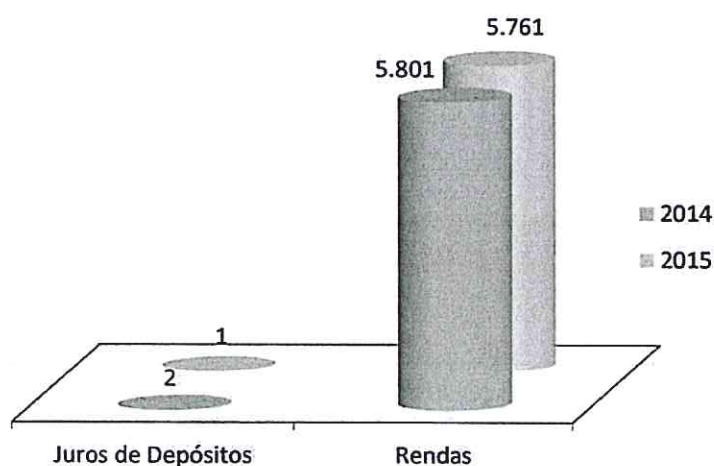
4.4. Rendimentos de propriedade

Quadro 16. Rendimentos de propriedade – 2014/15

	Execução 2014	Dotação 2015	Execução 2015	% Execução 2015	Variação
Juros de Depósitos	2	2	1	33,0	(67,1)
Rendas	5.801	18.590	5.761	31,0	(0,7)
TOTAL	5.803	18.592	5.762	31,0	(0,7)

Os rendimentos de propriedade mantêm a tendência de decréscimo, comparativamente aos dois últimos anos.

Gráfico 6. Rendimentos de propriedade – 2014/15





RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

Em 2015, diminuíram cerca de 41 milhares de euros, explicável pelo decréscimo das rendas que são calculadas com base na inflação.

4.5. Transferências e subsídios

Quadro 17. Recebimentos nas Transferências e Subsídios – 2014/15

Transferências	Valor 2014	Valor 2015	Variação %
FEF/FSM/IRS			
Correntes	10.784	10.535	(2,3)
Capital	440	345	(21,6)
Fundos Comunitários			
Correntes	0	0	0,0
Capital	1.224	102	(91,7)
Outras transferências			
Correntes	1.801	1.846	2,5
Capital	463	1.285	177,5
Total	14.712	14.113	(4,1)

As transferências provenientes do Orçamento de Estado, quer correntes quer de capital, nomeadamente o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), o Fundo Social Municipal (FSM) e a Participação Variável no IRS, perfazem o montante de 10,9 milhões de euros, diminuindo comparativamente ao ano de 2014.

Relativamente às receitas arrecadadas provenientes de Candidaturas comparticipadas, perfazem o montante de 1,4 milhões de euros, relativas a diversas candidaturas do FEDER e à candidatura “Resiliência – Setúbal +” do Fundo de Coesão, que originou uma ligeira diminuição relativamente ao ano 2014.

5. Movimentos de Tesouraria

O mapa seguinte diferencia os recebimentos e pagamentos relacionados com a execução orçamental corrente e de capital, bem como as operações de tesouraria, espelhando sinteticamente o processo de execução das receitas e despesas, bem como, os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte.



RELATÓRIO DE GESTÃO

2015

Quadro 18. Fluxos de Caixa - 2015

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		3.991	Despesas orçamentais		77.652
Execução orçamental	2.240		Correntes	57.002	
Operações de tesouraria	1.750		Capital	20.650	
Receitas orçamentais		81.436	Operações de tesouraria		6.276
Correntes	66.998		Saldo para a gerência seguinte		7.512
Capital	14.405		Execução orçamental	6.025	
Outras	33		Operações de tesouraria	1.487	
Operações de tesouraria		6.013			
Total		91.440	Total		91.440

O saldo da gerência anterior foi de 3,9 milhões de euros, composto por 2,2 milhões de euros de execução orçamental e 1,8 milhões de euros de operações de tesouraria.

Durante o ano foram arrecadados 81,4 milhões de euros em receitas orçamentais e realizaram-se 77,6 milhões de euros em despesas orçamentais, sendo o montante de execução orçamental para a gerência seguinte de 6,0 milhões de euros.

Nas operações de tesouraria foram arrecadadas 6,0 milhões de euros e realizados 6,3 milhões de euros, sendo o montante de 1,5 milhões de euros transitado para a gerência seguinte.



RELATÓRIO DE GESTÃO

2015

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

6. Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do Património do Município à data de encerramento de um exercício, dando a conhecer, por um lado, o Ativo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e o Capital Próprio que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

Quadro 19. Balanço - 2015

	2015		2015
ATIVO		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	
IMOBILIZADO		FUNDOS PRÓPRIOS	
Bens de Domínio Público	38.102	Património	184.212
Imobilizações Incorpóreas	736	Reservas	37.646
Imobilizações Corpóreas	244.599	Doações	5.462
Investimentos Financeiros	6.893		
	290.330	Resultados Transitados	30.247
		Resultado Líquido do Exercício	16.767
EXISTÊNCIAS	23.010	Total dos Fundos Próprios	274.334
		PASSIVO	
DÍVIDAS DE TERCEIROS		Provisões para riscos e encargos	915
Empréstimos Concedidos	95	Dívidas a terceiros- médio longo prazo	
Clientes	146	Empréstimos de Médio Longo Prazo	35.007
Contribuintes	3.860	Dívidas a terceiros de curto prazo	
Utentes	4.560	Empréstimos de Curto Prazo	7.500
Clientes, cont. utentes Cob. Duvidosa	1.000	Clientes com cauções	63
Estado e Outros Entes Públicos	297	Fornecedores	31.291
Outros Devedores	19.727	Credores pela execução do orçamento	0
	29.685	Estado e Outros Entes Públicos	2.258
		Outros Credores	848
DISPONIBILIDADES		Acréscimos e Diferimentos	38.796
Depósitos em Instituições de Crédito	7.502	Total do Passivo	116.678
Caixa	9		
	7.511		
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	40.476		
TOTAL DO ATIVO	391.012	TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	391.012

6.1. Ativo

O ativo atingiu o total de 391 milhões de euros. Sendo que, o imobilizado representa 74,3% do ativo total, enquanto o circulante abrange somente 5,9% e as dívidas de terceiros abrangem 7,6% do total. Os acréscimos e diferimentos têm um peso de 10,4%, devido ao cumprimento do princípio da especialização dos proveitos, referente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), à Derrama e à Participação Variável no IRS, e os depósitos apenas representam 1,9% do ativo total.

Quadro 20. Ativo – 2014/15

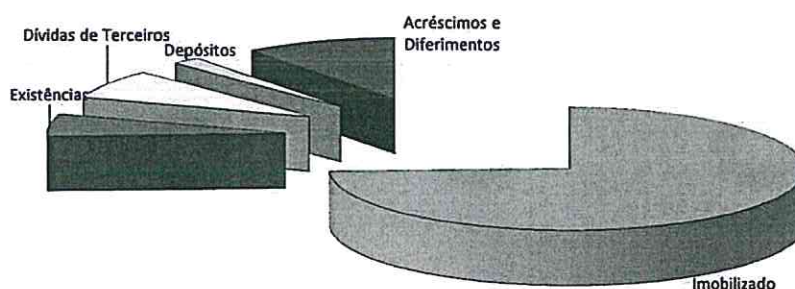
	2014		2015		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Imobilizado	270.729	75,3	290.330	74,3	19.601	7,2
Circulante	23.200	6,5	23.010	5,9	(190)	(0,8)
Dívidas de Terceiros	26.699	7,4	29.685	7,6	2.986	11,2
Depósitos	3.991	1,1	7.511	1,9	3.520	88,2
Acréscimos e Diferimentos	34.708	9,7	40.476	10,4	5.768	16,6
TOTAL	359.327	-	391.012	-	31.685	-

Analisando o ativo, verifica-se que o imobilizado municipal cresceu relativamente ao ano anterior no montante de 19,6 milhões de euros, justificável pelo aumento das imobilizações corpóreas, devido ao lançamento de duas obras concluídas em 2002, mas não lançadas no respetivo património do Município.

O circulante diminuiu ligeiramente 190 milhares de euros e os depósitos cresceram 3,5 milhões de euros relativamente a 2014, devido à arrecadação extraordinária de 4,7 milhões de euros em IMT e do aumento da arrecadação do IMI relativamente ao ano anterior.

Os acréscimos e diferimentos aumentaram 5,8 milhões em relação ao ano passado, devido ao aumento dos acréscimos de proveitos que contêm a previsão de arrecadação de receita em impostos no ano seguinte mas que são relativos ao ano de 2015.

Gráfico 7. Ativo – 2015



6.2. Imobilizado

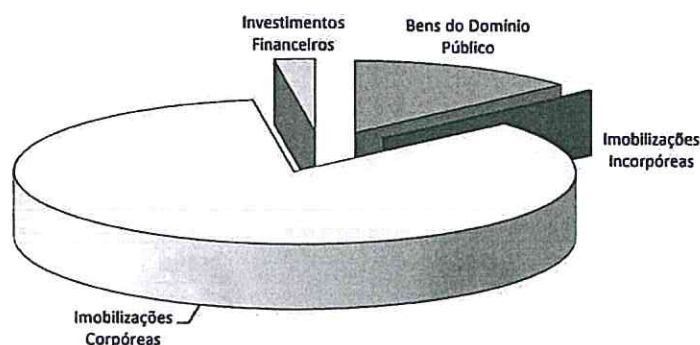
Quadro 21. Imobilizado – 2014/15

	2014		2015		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Bens do Domínio Público	39.744	14,7	38.102	13,1	(1.642)	(4,1)
Imobilizações Incorpóreas	928	0,3	736	0,3	(192)	(20,7)
Imobilizações Corpóreas	223.579	82,6	244.599	84,2	21.020	9,4
Investimentos Financeiros	6.478	2,4	6.893	2,4	415	6,4
TOTAL	270.729	-	290.330	-	19.601	-

O imobilizado líquido teve um aumento de 19,6 milhões de euros, devido à concretização de diversas obras de conservação e beneficiação na Cidade de Setúbal e Azeitão, em que se destacam as seguintes: execução dos trabalhos de reabilitação da rede de água e de drenagem de esgotos domésticos no traçado do emissário dos Ciprestes e requalificação das Avenidas da República Guiné Bissau, Alexandre Herculano, Praça do Vitória; requalificação das bolsas de estacionamento no centro da Cidade, União de Freguesias de Setúbal; requalificação do estacionamento na Praça da República, em Vila Nogueira de Azeitão; correção da rede de drenagem no bairro dos Pinheirinhos e Estrada da Graça, e ainda das duas obras mencionadas no Ativo, que são as seguintes: “Construção do sistema de interceção de águas residuais a cidade de Setúbal” e “Conceção/construção do sistema de tratamento e destino final de águas residuais de Setúbal”.

De realçar, que o aumento obtido nos investimentos financeiros é oriundo da contabilização da tranche do ano 2015 do Fundo de Apoio Municipal.

Gráfico 8. Imobilizado – 2015



6.3. Dívidas de terceiros de curto prazo

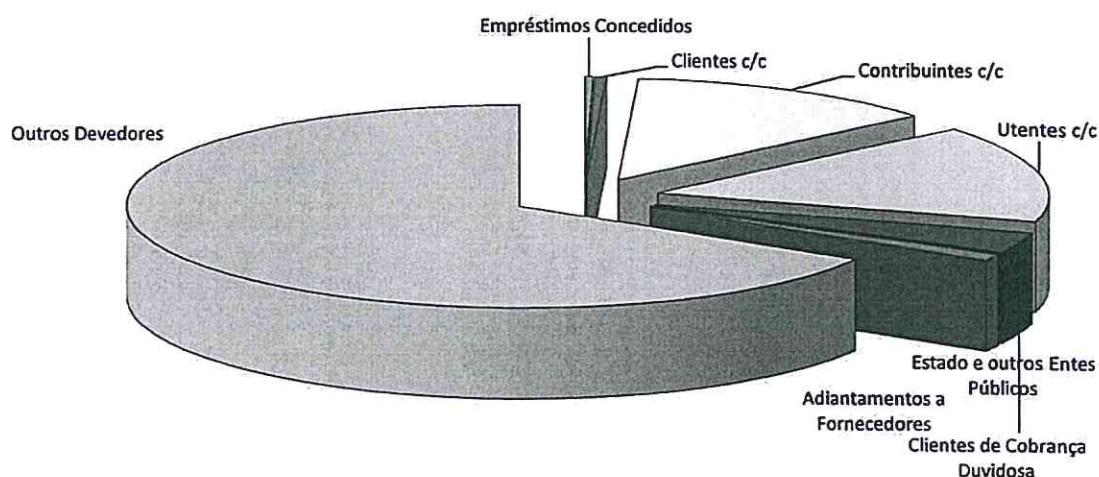
Quadro 22. Dívidas de terceiros de curto prazo – 2014/15

	2014		2015		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Empréstimos Concedidos	95	0,36	95	0,32	0	0,0
Clientes c/c	124	0,46	146	0,49	22	17,7
Contribuintes c/c	3.651	13,67	3.860	13,00	209	5,7
Utentes c/c	3.635	13,61	4.560	15,36	925	25,4
Clientes de Cobrança Duvidosa	849	3,18	1.000	3,37	151	17,8
Adiantamentos a Fornecedores	0	0,00	0	0,00	0	n.a.
Estado e outros Entes Públicos	242	0,91	297	1,00	55	22,7
Outros Devedores	18.103	67,80	19.727	66,45	1.624	9,0
TOTAL	26.699	-	29.685	-	2.986	-

n.a. – não aplicável

O valor das dívidas de terceiros de curto prazo, ascende 29,7 milhões de euros, o qual inclui as dívidas de rendas de habitação social, renda da concessão das Águas do Sado, S.A., de loteamento e obras, de resíduos sólidos, taxas diversas e o valor por receber dos projetos participados.

Gráfico 9. Dívidas de terceiros de curto prazo – 2015



6.4. Fundos Próprios

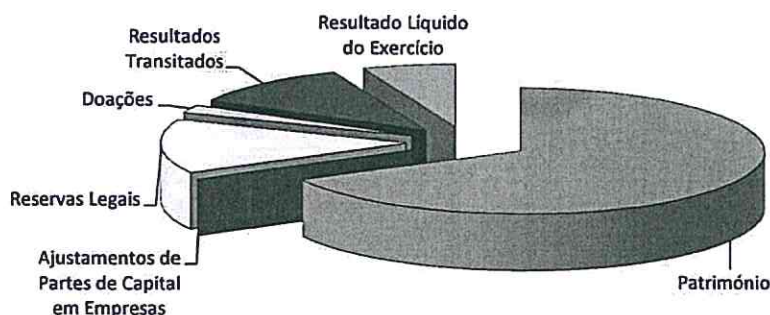
Quadro 23. Fundos Próprios – 2014/15

	2014		2015		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Património	166.727	69,4	184.212	67,1	17.485	10,5
Ajustamentos de Partes de Capital empresas	0	0,0	0	0,0	0	n.a.
Reservas	34.125	14,2	37.646	13,7	3.521	10,3
Doações	5.451	2,3	5.462	2,0	11	0,2
Resultados Transitados	16.469	6,9	30.247	11,0	13.778	83,7
Resultado Líquido do Exercício	17.415	7,3	16.767	6,1	(648)	(3,7)
TOTAL	240.187	-	274.334	-	34.147	-

n.a. – não aplicável

Os fundos próprios somam 274,3 milhões de euros e são constituídos por: património (184,2 milhões de euros), reservas (37,6 milhões de euros), doações (5,5 milhões de euros), resultados transitados (30,2 milhões de euros) e resultado líquido do exercício (16,8 milhões de euros), registando-se um acréscimo de 34,1 milhões de euros relativamente ao ano transato.

Gráfico 10. Fundos Próprios – 2015



O valor do património e dos resultados transitados aumentou devido à referida contabilização das obras de 2002. Este último, também aumentou devido à aplicação do resultado líquido do ano transato, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL.

O valor contabilizado em reservas teve um crescimento de 3,5 milhões de euros, decorrente do registo de diversas parcelas de terreno, e maioritariamente devido ao registo do prédio urbano onde funciona o Comando Distrital da PSP (3,3 milhões de euros).

No ano 2015, o Resultado Líquido do Exercício é de 16,8 milhões de euros, significando um decréscimo de 648 milhares de euros, devido ao ligeiro aumento generalizado dos custos.

Mais à frente, no presente relatório, iremos observar pormenorizadamente os resultados apurados.

6.5. Passivo

O passivo ascende a 116,7 milhões de euros, sendo 35,0 milhões de euros referentes a dívidas de médio e longo prazo e 42,0 milhões de euros de curto prazo, 915 milhares de euros de provisões para riscos e encargos e 38,8 milhões de euros de acréscimos e diferimentos.

Relativamente ao ano 2014, o passivo diminuiu 2,4 milhões de euros, devido, na sua maioria, à diminuição das dívidas de médio e longo prazo.

6.6. Dívidas a terceiros de médio e longo prazo

Quadro 24. Dívidas a terceiros de médio e longo prazo – 2014/15

	2014		2015		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Empréstimos - Médio e Longo Prazo	39.559	-	35.007	-	(4.552)	(11,5)
TOTAL	39.559	-	35.007	-	(4.552)	(11,5)

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo tiveram uma diminuição de 4,6 milhões de euros, devido às amortizações dos diversos empréstimos contraídos pelo Município.

Gráfico 11. Dívidas a terceiros de médio e longo prazo – 2014/15





RELATÓRIO DE GESTÃO

2015

6.7. Dívidas a terceiros de curto prazo

As dívidas a terceiros de curto prazo aumentaram na sua globalidade 4,1 milhões de euros. Contudo, houve um decréscimo nas dívidas a fornecedores que foi diluído pela contração e não amortização do empréstimo de curto prazo de 7,5 milhões de euros.

Realçamos o facto das dívidas a fornecedores em conferência terem aumentado 3,4 milhões de euros devido a uma alteração de procedimento, em que não foi utilizada a conta 27.3 – Acréscimos de custos para refletir a especialização do acréscimo de custos da faturação pertencente ao exercício de 2015, mas que eram lançadas no exercício seguinte (facto que ocorreu durante os anos anteriores). Todavia, no ano 2015, toda a faturação respeitante a este exercício foi contabilizada, tendo 3,4 milhões de euros sido registados em conferência.

Quadro 25. Dívidas a terceiros de curto prazo – 2014/15

	2014		2015		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Empréstimos de curto prazo	0	0,0	7.500	17,9	7.500	n.a.
Cientes com Cauções	289	0,8	63	0,2	(226)	(78,2)
Fornecedores c/c	17.596	46,4	14.543	34,7	(3.053)	(17,4)
Fornecedores c/ caução	37	0,1	38	0,1	1	2,7
Fornecedores - Faturas em Receção e Conferência	1.611	4,3	4.997	11,9	3.386	210,2
Fornecedores c/c - Factoring	2.816	7,4	1.562	3,7	(1.254)	(44,5)
Fornecedores c/c - Cessão de créditos	98	0,3	61	0,1	(37)	(37,8)
Adiantamento de Clientes, Contribuintes e Utentes	0	0,0	0	0,0	0	n.a.
Credores pela execução do orçamento	0	0,0	0	0,0	0	n.a.
Fornecedores de imobilizado c/c	8.414	22,2	6.686	15,9	(1.728)	(20,5)
Fornecedores de imobilizado - Factoring	2.069	5,5	2.087	5,0	18	0,9
Fornecedores de imobilizado - Cessão de créditos	272	0,7	345	0,8	73	26,8
Fornecedores de imobilizado c/ cauções	918	2,4	972	2,3	54	5,9
Estado e outros Entes Públicos	2.620	6,9	2.258	5,4	(362)	(13,8)
Outros Credores	1.154	3,0	848	2,0	(306)	(26,5)
TOTAL	37.894	-	41.960	-	4.066	-

6.8. Acréscimo de custos e proveitos diferidos

A conta 27.3 - Acréscimo de Custos, reflete os custos a reconhecer no próprio exercício e cuja despesa só venha a ocorrer em exercícios posteriores. De salientar as remunerações e respetivos encargos devidos pelo motivo de férias, cujo processamento e pagamento ocorre no ano de 2016, mas que dizem respeito ao ano de 2015, atingindo cerca de 3,0 milhões de euros.

A conta 27.4 – Proveitos Diferidos, inclui os subsídios/transferências de investimento a que o Município tem direito nos termos da lei ou de contratos-programa. O aumento foi devido à abertura e às reprogramações financeiras de Candidaturas no âmbito do QREN. Inclui ainda os proveitos diferidos provenientes das rendas recebidas pelo Município e do dinheiro recebido relativo às aquisições pelos Municípes de habitações sociais cujas escrituras ainda não foram efetuadas.

Quadro 26. Acréscimos de custos e proveitos diferidos – 2014/15

	2014		2015		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Acréscimos de Custos	6.014	14,9	3.946	10,2	(2.068)	(34,4)
Proveitos Diferidos	34.324	85,1	34.850	89,8	526	1,5
TOTAL	40.338	-	38.796	-	-1.542	-

6.9. Comparação dos balanços sucessivos

Quadro 27. Balanços sucessivos – 2013/14/15

	2013		2014		2015
	Valores	Variação %	Valores	Variação %	Valores
ATIVO					
Imobilizações Líquido	266.823	1,4	270.729	6,8	290.330
Existências	21.253	8,4	23.200	(0,8)	23.010
Créditos a curto prazo	23.203	13,1	26.699	10,1	29.685
Disponibilidades	5.272	(32,1)	3.991	46,9	7.511
Acréscimos e Diferimentos	30.688	11,6	34.708	14,3	40.476
TOTAL	347.239	-	359.327	-	391.012
FUNDOS PRÓPRIOS					
Capital	166.727	0,0	166.727	9,5	184.212
Reservas	27.995	18,0	34.125	9,4	37.646
Doações	5.382	1,3	5.451	0,2	5.462
Resultados Transitados	11.328	31,2	16.469	45,6	30.247
Resultados Líquidos	5.141	70,5	17.415	(3,9)	16.767
Provisões	6.491	(381,2)	1.349	(47,4)	915
Dívidas a terceiros (m.l.p.)	44.039	(11,3)	39.559	(13,0)	35.007
Dívidas a terceiros (c.p.)	42.377	(11,8)	37.894	(10,0)	41.960
Acréscimos e Diferimentos	37.759	6,4	40.338	(4,0)	38.796
TOTAL	347.239	-	359.327	-	391.012

Através da comparação dos balanços no triénio 2013-2015, verifica-se um aumento continuado do ativo e dos fundos próprios.

De referir ainda, a tendência de diminuição das provisões, ao longo do triénio.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

S

7. Análise da Demonstração de Resultados

Quadro 28. Demonstração de Resultados – 2014/15

Custos e Perdas	2015	2014	Variação	Proveitos e ganhos	2015	2014	Variação
	Valor	Valor			Valor	Valor	
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	955	977	(2,3)	Vendas de mercadorias e produtos	223	209	6,7
Fornecimentos e Serviços Externos	19.077	18.787	1,5	Prestações de serviços	9.437	8.793	7,3
Remunerações	19.557	19.639	(0,4)	Total	9.660	9.002	7,3
Encargos Sociais	5.149	5.176	(0,5)	Impostos e Taxas	47.103	41.406	13,8
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	4.723	4.886	(3,3)	Proveitos Suplementares	0	0	0,0
Amortizações do Exercício	6.946	6.403	8,5	Transferências e Subsídios Obtidos	14.615	12.235	19,5
Provisões do Exercício	255	307	(16,9)	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	4.999	6.030	(17,1)
Outros Custos e Perdas Operacionais	40	31	29,0	Total Proveitos Operacionais	76.377	68.673	11,2
Total Custos Operacionais	56.702	56.206	0,9	Proveitos e Ganhos Financeiros	23	30	(23,3)
Custos e Perdas Financeiros	2.023	1.152	75,6	Total de Proveitos Financeiros	23	30	(23,3)
Total de Custos Financeiros	2.023	1.152	75,6	Proveitos Extraordinários	3.461	6.664	(48,1)
Custos e Perdas Extraordinários	4.369	594	635,5	Total Proveitos Extraordinários	3.461	6.664	(48,1)
Total de Custos Extraordinários	4.369	594	635,5	Resultado Líquido do Exercício	16.767	17.415	(3,7)
TOTAL	79.861	75.367	6,0	TOTAL	79.861	75.367	6,0

Os custos e perdas operacionais não tiveram uma variação significativa (0,9%), totalizando 56,7 milhões de euros.

Os custos e perdas financeiros, com 2,0 milhões de euros, aumentaram devido aos juros moratórios suportados pelo atraso no pagamento de faturação.

Os custos e perdas extraordinários atingem 4,4 milhões de euros, tendo um aumento de 635,5% em relação ao ano 2014 devido, por um lado, ao registo de diversas faturas da Egeo, S.A. que tinham sido dadas como pagas no ano de 2011 como contrapartida do contrato de promessa de compra e venda do terreno sito



RELATÓRIO DE GESTÃO

2015

em Mitrena e por outro, devido ao excesso de estimativa na especialização da Derrama.

Os proveitos operacionais totalizam 76,4 milhões de euros, representando um aumento de 11,2% relativamente ao ano anterior.

Os proveitos financeiros, com 23 milhares de euros, diminuíram 23,3% em relação ao ano 2014.

Os proveitos extraordinários tiveram um decréscimo de 48,1%, devido à anulação de provisões de processos judiciais terminados.

7.1. Fornecimentos e serviços externos

Quadro 29. Fornecimentos e serviços externos – 2013/14/15

	2013		2014		2015
	Valor	Acréscimo/ Decréscimo	Valor	Acréscimo/ Decréscimo	Valor
Resíduos sólidos	2.070	(363)	1.707	139	1.846
Material de escritório	50	(28)	22	37	59
Rendas e alugueres	1.113	(78)	1.035	176	1.211
Eletricidade	3.268	30	3.298	124	3.422
Limpeza, higiene e conforto	2.101	(451)	1.650	(435)	1.215
Conservações e reparações diversas	1.581	86	1.667	555	2.222
Material para a rede viária	138	67	205	-39	166
Publicidade	392	43	435	202	637
Trabalhos especializados	815	(277)	538	144	682
Prestações de serviços diversas + CEI's	4	646	650	297	947
Combustíveis	194	18	212	(109)	103
Água	737	14	751	(36)	715
Vigilância e segurança	421	(153)	268	(8)	260
Transportes escolares	578	(73)	505	26	531
Assistências técnicas	182	(16)	166	14	180
Alimentação (refeições escolares e outros)	873	8	881	(59)	822
Espectáculos culturais e recreativos	377	(62)	315	(3)	312
Comunicações	400	(81)	319	(24)	295
Feira de Santiago	0	521	521	22	543
Outros seguros	162	0	162	29	191
Material de construção/conservação divers	483	(61)	422	1.906	2.328
Encargos de cobrança com receitas	672	95	767	158	925

*No ano 2013 os custos com os CEI iam para a conta patrimonial de outros fornecimentos e serviços externos (62.2.98)

** No ano 2013 os custos suportados com a Feira de Santiago iam para diversas contas patrimoniais consoante a sua natureza

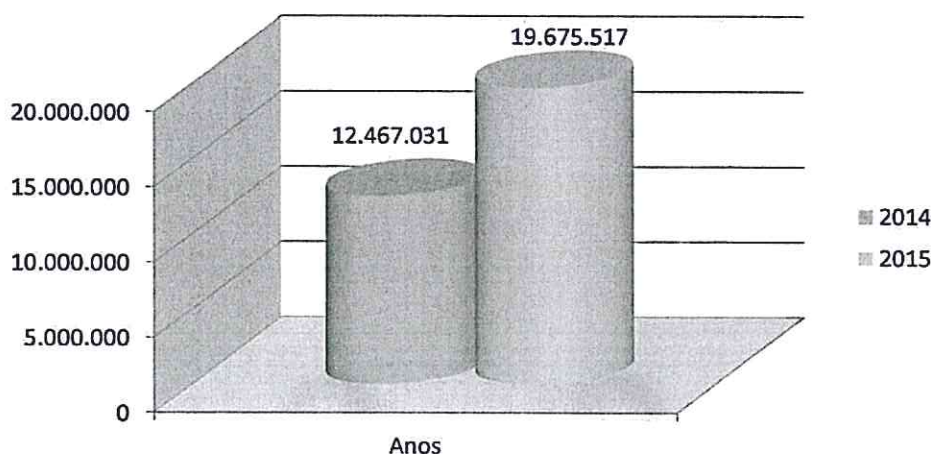
Após análise das rubricas mais significativas dos fornecimentos e serviços externos, e da sua evolução ao longo do triénio 2013-2015, concluímos que:

- (a) A despesa com eletricidade tem vindo a aumentar devido à colocação de novas luminárias e ao incremento do custo da eletricidade;
- (b) A despesa decorrente de conservações e reparações diversas também tem vindo a crescer, com o acréscimo de atividade em obras por administração direta;
- (c) Os encargos com publicidade também têm vindo a aumentar, devido a uma aposta muito forte na promoção/divulgação da marca de Setúbal;
- (d) Por outro lado, a despesa realizada nas comunicações tem vindo a diminuir ao longo dos anos, devido sobretudo à desmaterialização dos processos.

7.2. Resultados Operacionais

Os resultados operacionais em 2015, com 19,7 milhões de euros, aumentaram em comparação com o ano anterior (12,5 milhões de euros), em consequência do aumento dos proveitos operacionais, tais como: prestações de serviços; impostos e taxas e das transferências e subsídios obtidos.

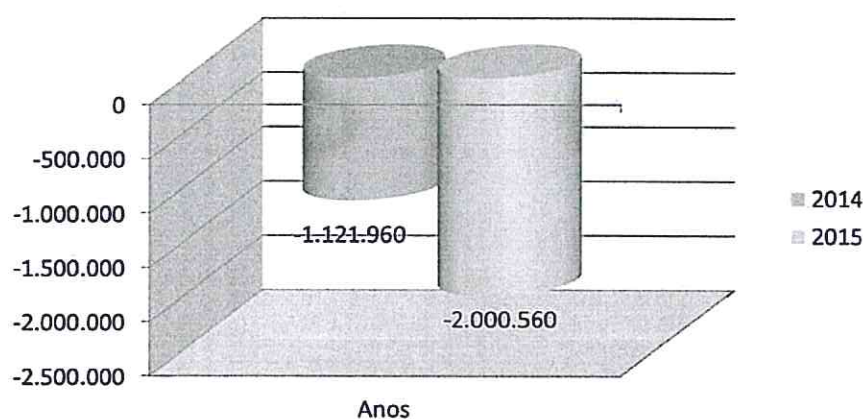
Gráfico 12. Resultados Operacionais – 2014/15



7.3. Resultados Financeiros

Os resultados financeiros atingiram um valor negativo de 2,0 milhões de euros, tendo aumentado em relação a 2014, em consequência do aumento dos juros moratórios liquidados nos Acordos efetuados por conta do atraso verificado no pagamento da faturação.

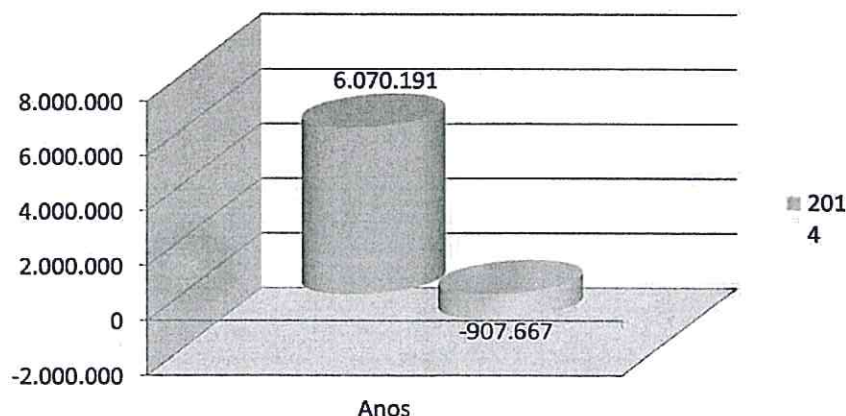
Gráfico 13. Resultados Financeiros – 2014/15



7.4. Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários atingiram um valor negativo de 907 milhares de euros, constituindo uma diminuição de cerca de 7,0 milhões de euros, justificável pelo aumento dos custos com o registo extraordinário da faturação da Egeo, S.A. e a especialização da Derrama, conforme atrás descrito, aliado à diminuição dos proveitos, maioritariamente através da anulação das provisões de processos judiciais terminados.

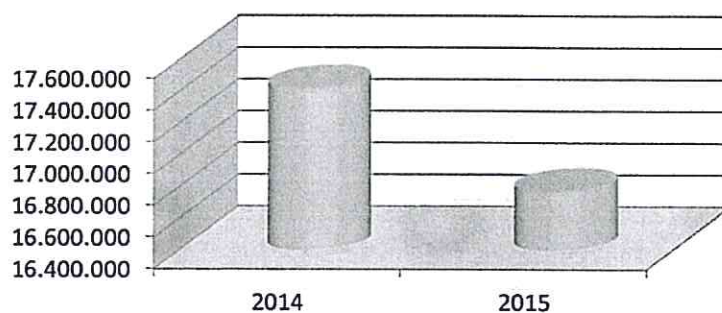
Gráfico 14. Resultados Extraordinários – 2014/15



7.5. Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício é de 16,8 milhões de euros.

Gráfico 15. Resultado Líquido do Exercício – 2014/15

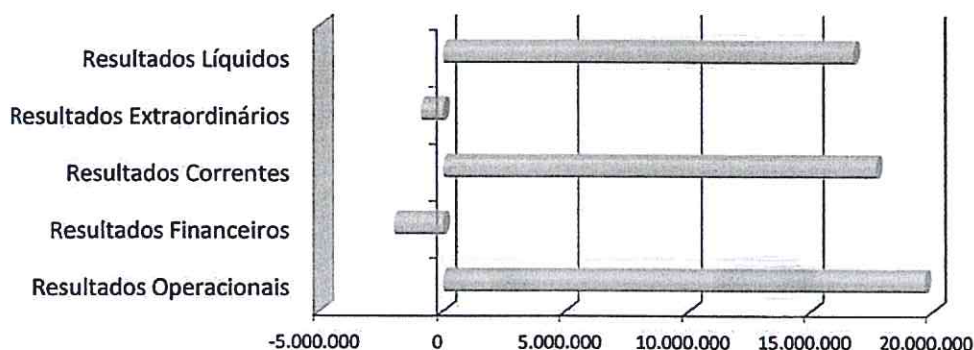


A título comparativo temos:

Quadro 30. Evolução dos Resultados – 2014/15

	2014	2015	Crescimento	
			Valor	%
Resultados Operacionais	12.467.031	19.675.517	7.208.486	57,8
Resultados Financeiros	(1.121.960)	(2.000.560)	(878.600)	78,3
Resultados Correntes	11.345.070	17.674.957	6.329.887	55,8
Resultados Extraordinários	6.070.191	(907.667)	(6.977.858)	(115,0)
Resultados Líquidos	17.415.262	16.767.290	(647.972)	(3,7)

Gráfico 16. Apuramento de Resultados – 2015





RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

Em síntese, poderemos afirmar que a evolução dos resultados do Município de Setúbal, onde se denota uma evolução positiva em todas as rubricas, resultou da aposta estratégia de contenção das despesas e do esforço continuado de arrecadação de receita.

8. Dívida

8.1. Dívida bancária municipal

No final de 2015, o valor do capital em dívida dos empréstimos municipais era de 42,5 milhões de euros. A tendência da diminuição desta dívida desde o ano 2012 foi quebrada no ano 2015, devido à contração de dois empréstimos de curto prazo, no valor total de 12,5 milhões de euros.

Quadro 31. Endividamento bancário líquido – 2013/14/15

Dívida Municipal	2013	2014	2015
Capital em dívida em 01/jan	48.508	44.039	39.559
Juros	321	275	180
Amortizações	5.469	4.480	9.552
Capital em dívida em 31/dez	44.039 ⁽¹⁾	39.559	42.507 ⁽²⁾
Endividamento Bancário Líquido	4.469	4.480	-2.948

(1) Foi libertado 1.000 milhares de euros, em março, referente ao empréstimo de curto prazo

(2) Foram libertados 7.500 e 5.000 milhares de euros, em julho e setembro respetivamente, referentes a empréstimos de curto prazo

Em 2013, diminuiu 4,5 milhões de euros, não tendo a contração do empréstimo de curto prazo, no montante de 1,0 milhão de euros, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, tido algum impacto no endividamento bancário líquido pois o referido empréstimo foi contraído e totalmente amortizado durante o referido ano.

Em 2014, diminuiu 4,5 milhões de euros, não tendo o Município de Setúbal contratado nenhum novo empréstimo, nem solicitado libertação de verba dos empréstimos já contraídos.

É de ressaltar que o Município de Setúbal está a concretizar a intervenção de reabilitação urbana da Casa das Quatro Cabeças no âmbito do programa de reabilitação urbana para arrendamento habitacional "Reabilitar para Arrendar" promovido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação, IP (IHRU), cujo financiamento deste programa é efetuado através da concessão de um empréstimo, num montante de até 221.923 euros, cuja libertação de verba está pendente da obtenção de Visto do Tribunal de Contas.

RELATÓRIO DE GESTÃO
2015

Em 2015, aumentou 2,9 milhões de euros, devido à contração de dois empréstimos de curto prazo com as instituições bancárias Caixa de Crédito Agrícola e Novo Banco, no montante de 7,5 e 5,0 milhões de euros, respetivamente, para ocorrer a dificuldades de tesouraria.

De ressaltar, que o empréstimo de curto prazo de 5,0 milhões de euros, não teve impacto no endividamento bancário líquido, pois o referido empréstimo foi contraído e totalmente amortizado durante o ano económico de 2015. O outro empréstimo de curto prazo, de acordo com a alínea b), do Artigo 3.º, da Lei n.º 7/98, de 03 de fevereiro, ao não ser totalmente amortizado no exercício económico em que foi contraído, transformou-se em dívida fundada.

8.2. Endividamento municipal

Até ao ano 2014, os limites do endividamento eram calculados de acordo com a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro. A Lei das Finanças Locais em vigor até então, referia que o endividamento líquido municipal era equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

Em janeiro de 2014, entrou em vigor a nova Lei das Finanças Locais, a Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, a qual veio a instituir um novo Indicador para o endividamento municipal – a Dívida Total.

A Dívida Total corresponde ao total das dívidas a terceiros do balanço (dívidas a terceiros de médio e longo prazo + dívidas a terceiros de curto prazo, que constitui o total da dívida do Município), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais (incluem, para além das cauções, os valores que estejam em dívida de operações de tesouraria, bem como receitas cobradas para terceiros).

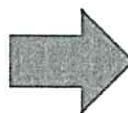
À dívida total apurada do Município acresce as dívidas totais de todas as entidades relevantes.

Em 2015, foi verificado o limite da Dívida Total em conformidade com a disposição legal que determina que o seu apuramento corresponde a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, resultando o respetivo limite em 88,0 milhões de euros.

A Dívida Total da Autarquia foi de 75,5 milhões de euros, que somando as Dívidas Totais das entidades relevantes não produz impacto significativo no valor anteriormente apurado.

A situação da Dívida Total do Município de Setúbal face ao limite legal apresenta uma margem no valor de 12,5 milhões de euros, conforme quadro ilustrativo.

Quadro 32. Dívida total - 2015

Limite da DBM (1)	87.997.282,64		Margem
Dívida Total (2)	75.480.642,24		
Contribuição AM, SM e SEL para a DBM (3)	1.175,07		
Dívida Total a considerar (4 = 2 + 3)	75.481.817,31		
Situação da DBM face ao limite (5 = 1 - 4)	12.515.465,33		12.515.465,33

Como o Município de Setúbal tem vigente um Contrato de Reequilíbrio Financeiro (CRF) celebrado em 2004, de acordo com o Artigo 86.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, têm de ser apurados ambos os indicadores.

Assim, indica-se de seguida o cálculo do endividamento líquido:

Quadro 33. Demonstração dos limites ao endividamento municipal para 2015

	LIMITE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DE 2015	EXCESSO DE ENDIVIDAMENTO FACE AO LIMITE	LIMITES DE ENDIVIDAMENTO PARA 2015
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	4.538.148,68	0,00	4.538.148,68
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	45.381.486,77	0,00	45.381.486,77
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	22.242.590,90	0,00	22.242.590,90



RELATÓRIO DE GESTÃO

2015

Quadro 34. Situação a 31/12/2015 face aos limites ao endividamento municipal para 2015

Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	7.500.000,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO ANTERIOR	0,00	(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	35.006.723,09	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	0,00	(D) = Passivos - Ativos da linha (A) do Quadro 2. Ativos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	0,00	(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos*
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	-429.000,76	(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido*
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	7.411.814,71	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazo
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazo
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	27.594.908,38	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	0,00	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)
limites endividamento municipal (recapitulativo)		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	4.538.148,68	(K) = Campo (E) do Quadro 1
ENDIVID. DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	45.381.486,77	(L) = Campo (F) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	22.242.590,90	(M) = Campo (G) do Quadro 1
Situação face aos limites		
Excesso ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO Margem	2.961.851,32	(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
Excesso ENDIVID. DE MÉDIO E LONGO PRAZOS Margem	17.786.578,39	(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
Excesso ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO Margem	22.242.590,90	(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)

SETÚBAL
MUNICÍPIO DE SETÚBALRELATÓRIO DE GESTÃO
2015

O limite do endividamento líquido calculado para o ano de 2015, era de 22,2 milhões de euros, conforme demonstrado no Quadro 33.

No apuramento do endividamento líquido, o Município de Setúbal obteve uma situação de margem face aos limites na ordem dos 22,2 milhões de euros, conforme demonstrado no Quadro 34.

O limite do endividamento de médio e longo prazo em 2015 era de 45,4 milhões de euros. Como o Município de Setúbal teve um endividamento de 27,6 milhões de euros, obteve assim uma margem face ao limite de 17,8 milhões de euros.

8.3. Pagamentos em Atraso e Prazo Médio de Pagamentos

Ao abrigo do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, o Município de Setúbal tem de apurar se tem Pagamentos em Atraso, ou seja, se tem contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, ou em documentos equivalentes.

A 31 de dezembro de 2015, o Município de Setúbal possuía Pagamentos em Atraso no valor de 10,6 milhões de euros, correspondendo a uma redução de cerca de 57% em relação ao período homólogo, devido maioritariamente à celebração de acordos de pagamento com diversos fornecedores.

Essa redução originou a suspensão da aplicação da retenção de 10% das transferências do Orçamento de Estado no ano de 2016.

Quadro 35. Pagamentos em atraso – 2014/15

	2014	2015	Variação	
			Valor	%
Pagamentos em Atraso	24.507	10.612	(13.895)	(56,70)

Relativamente ao Prazo Médio de Pagamento (PMP), que indica o número de dias que o Município de Setúbal demora a pagar aos seus fornecedores, o seu valor em 2015 é de 176 dias, diminuindo 152 dias relativamente ao do ano 2014 (PMP de 328 dias).

Quadro 36. Prazo médio de pagamento – 2014/15

	2014	2015	Variação	
			Valor	%
Prazo Médio de Pagamento	328	176	(152)	(46,34)

O seu cálculo é efetuado através da relação do valor médio trimestral da dívida a curto prazo a fornecedores com a soma das aquisições de bens e serviços nos últimos 4 trimestres.

$$PMP = \frac{\sum_{i=1}^4 DF}{\sum_{i=1}^4 A} \times 365$$

Onde,

PMP – Prazo médio de pagamento

DF – Valor da dívida de curto prazo a fornecedores, observada no final de um trimestre

A – Aquisições de bens e serviços efetuados no trimestre

9. Factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício

O encerramento do exercício de 2015 foi efetuado com a conta patrimonial 26.8.5.9.20 – Outras cobranças para terceiros, apresentando um saldo devedor de 17.808,70 euros, devido a terem sido transferidas para as Juntas de Freguesias as verbas referentes às eleições legislativas de 2015 sem que tivesse sido registada contabilisticamente a entrada da transferência da referida verba por parte da Direção Geral de Administração Interna.

A conta patrimonial 26.8.5.9.24 – Bens à consignação, apresenta um saldo devedor de 68.700,26 euros, saldo este que provém da verba que ainda não foi arrecadada contabilisticamente mas cujas vendas já foram pagas aos respetivos fornecedores.

A conta patrimonial 23.1.2.1.33 – Empréstimo do Contrato de Reequilíbrio Financeiro contraído com o Banco BPI apresenta um saldo de dívida inferior ao que está realmente em dívida devido ao pagamento da amortização de dezembro ter sido registado contabilisticamente com mais 2.000,00 euros do que o efetivamente debitado pela instituição bancária.

Não foram registados contabilisticamente os encargos respeitantes aos juros, no valor de 50.702,88 euros, com a utilização do empréstimo de curto prazo, de 5.000.000,00 euros contraído com o Novo Banco.

RELATÓRIO DE GESTÃO
2015**10. Proposta de aplicação de Resultados**

Nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõe-se a transição do resultado líquido do exercício, no valor de 16.767.289,60 euros, para a conta 59 "Resultados Transitados".

Setúbal, 30 de março de 2016

A Presidente da Câmara

(Maria das Dores Meira)

SETÚBAL
MUNICÍPIO PARTICIPADO

RELATÓRIO DE GESTÃO

2015

4

Listagem de gráficos utilizados:

1. Grandes Opções do Plano – 2015;
2. Pagamentos – 2015;
3. Despesa por unidade orgânica – 2015;
4. Recebimentos – 2014/15;
5. Impostos diretos – 2014/15;
6. Rendimentos de propriedade – 2014/15;
7. Ativo – 2015;
8. Imobilizado – 2015;
9. Dívidas de terceiros de curto prazo – 2015;
10. Fundos Próprios – 2015;
11. Dívidas de terceiros de médio e longo prazo – 2014/15;
12. Resultados Operacionais – 2014/15;
13. Resultados Financeiros – 2014/15;
14. Resultados Extraordinários – 2014/15;
15. Resultado Líquido do Exercício 2014/15;
16. Apuramento de resultados – 2015.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

4

Listagem de quadros utilizados:

1. Despesas por objetivos – 2015;
2. Atividades da Contratação Pública – 2015;
3. Indicadores – 2012/13/14/15;
4. Poupança corrente do exercício – 2014/15;
5. Regra do equilíbrio orçamental - 2015;
6. Saldo global efetivo – 2014/15;
7. Pagamentos – 2014/15;
8. Despesa por unidade orgânica – 2015;
9. Pagamentos nas transferências e subsídios – 2014/15;
10. Compromissos assumidos – 2014/15;
11. Compromissos por pagar – 2013/14/15;
12. Recebimentos – 2014/15;
13. Impostos diretos – 2014/15;
14. Impostos indiretos – 2015/14;
15. Taxas, multas e outras penalidades – 2014/15;
16. Rendimentos de propriedade – 2014/15;
17. Recebimentos nas transferências e subsídios – 2014/15;
18. Fluxos de caixa – 2015;
19. Balanço – 2015;
20. Ativo – 2014/15;
21. Imobilizado – 2014/15;
22. Dívidas de terceiros de curto prazo – 2014/15;
23. Fundos Próprios – 2014/15;
24. Dívidas a terceiros de médio e longo prazo – 2014/15;
25. Dívidas a terceiros a curto prazo – 2014/15;
26. Acréscimos de custos e proveitos diferidos – 2014/15;
27. Balanços sucessivos – 2013/14/15;
28. Demonstração de resultados – 2014/15;
29. Fornecimentos e serviços externos – 2013/14/15;
30. Evolução dos resultados – 2014/15;
31. Endividamento bancário líquido – 2013/14/15;
32. Dívida total – 2015;
33. Demonstração dos limites ao endividamento municipal para 2015;
34. Situação a 31/12/2015 face aos limites do endividamento municipal para 2015;
35. Pagamentos em atraso – 2014/15;
36. Prazo médio de pagamento – 2014/15.



RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

2015

Relatório de Gestão e Prestação de Contas

Termo de Encerramento

Este caderno contém 394 (Trezentas e Noventa e Quatro) folhas que todas vão numeradas.

Paços do Concelho, 31 de março de 2016

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças
e Recursos Humanos

A complex, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke.

Paulo Jorge Simões Hortênsio



-----**CERTIDÃO**-----

ANA DE GOES DOS SANTOS SILVESTRE PESTANA LOPES, CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:-----

CERTIFICO, nos termos do artigo oitenta e três, número três, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro barra dois mil e quinze, de sete de janeiro, que a presente fotocópia constituída por trezentas e noventa e nove folhas simples, está conforme o respetivo original que se encontra arquivado na Secção de Apoio aos Órgãos Municipais. -----

Vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso na Câmara Municipal de Setúbal. -----

Setúbal, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis. -----

-----A CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL-----

(No uso de competências delegadas – Despacho n.º 25/15/DAFRH, de 10/02/2015)

Não são devidos emolumentos
por se destinar a fins oficiais

MMC